

**PAX Investimentos em Aeroportos S.A.**

CNPJ/MF nº 48.533.969/0001-54 NIRE 35300603737

**Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 28/01/2025**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada em 28/01/2025, às 10h, na sede social da PAX Investimentos em Aeroportos S.A., São Paulo/SP, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Conj. 301, Torre Sul, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-907 ("Companhia").

**2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme em vigor ("Lei das S.A.s."), por estar presente à AGE a totalidade dos acionistas da Companhia de acordo com as assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

**3. Mesa:** Presidente: Túlio Azevedo Machado e Secretário: Eduardo Guimarães Lameira Bittencourt Borges.

**4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) nos termos do art. 59 da Lei das Sociedades por Ações, a realização da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$203.000.000,00 ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), as quais serão objeto de oferta pública, a ser registrada na CVM sob o rito automático de distribuição e destinada exclusivamente a Investidores Profissionais (conforme definidos abaixo), sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do art. 26, inciso X, e do art. 27, inciso I, da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme em vigor ("Resolução CVM 160"), e do art. 19 da Lei nº 6.385, de 7/12/1976, conforme em vigor, e demais leis e regulamentações aplicáveis ("Oferta"), por meio do "Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, Registrada sob o Rito Automático, da PAX Investimentos em Aeroportos S.A." ("Escritura de Emissão"), a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede em São Paulo/SP, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º Andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ/MF nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante da comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturista"); (ii) a outorga, pela Companhia, das garantias reais representadas pela Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios (conforme definida abaixo), pela Alienação Fiduciária de Ações (conforme definida abaixo) e pela Cessão Fiduciária de Dividendos (conforme definida abaixo) no âmbito da Emissão, nos termos do Contrato de Alienação e Cessão (conforme definido abaixo); (iii) a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à constituição das Garantias Reais (conforme abaixo definidas), incluindo, mas sem limitação, o Contrato de Alienação e Cessão e a procuração a ser outorgada em favor do Agente Fiduciário no âmbito do Contrato de Alienação e Cessão pelo prazo de vigência das Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo); (iv) a autorização à prática, pelos diretores da Companhia e/ou os representantes legais da Companhia, de todo e qualquer ato necessário à formalização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas sem limitação, a celebração da Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), bem como os eventuais aditamentos, inclusive, mas não apenas, necessários para refletir o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), o qual irá definir a taxa final da Remuneração das Debêntures, sem a necessidade de nova aprovação de qualquer órgão deliberativo da Companhia; (v) o cumprimento de todos os atos necessários para que as formalidades legais e atos de convocação e/ou publicações sejam realizadas no jornal de grande circulação adotado pela Companhia; e (vi) a ratificação de todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou por seus representantes legais no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens (i) ao (v) acima mencionados.

**5. Deliberações:** Instalada a Assembleia Geral Extraordinária, após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes aprovam, por unanimidade e sem restrições, o quanto segue:

**5.1. Aprovar a Emissão e a Oferta,** com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio da Escritura de Emissão: (i) **Número da Emissão:** as Debêntures representam a 2ª emissão de debêntures da Companhia; (ii) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 203.000.000,00, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("**Valor Total da Emissão**"); (iii) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; (iv) **Direito de Preferência:** não haverá preferência ou prioridade para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia; (v) **Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser estabelecida na Escritura de Emissão ("**Data de Emissão**"); (vi) **Data de Início da Rentabilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade das Debêntures será a Primeira Data de Integralização das Debêntures (conforme abaixo definida) ("**Data de Início da Rentabilidade**"); (vii) **Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo) e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A., - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante da titularidade de tais Debêntures; (viii) **Convertibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (ix) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do art. 58, da Lei das S.A.s.; (x) **Desmembramento das Debêntures:** não será admitido o desmembramento da Remuneração, do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou dos demais direitos conferidos aos Debenturistas, nos termos do art. 59, inciso IX, da Lei das Sociedades por Ações. (xi) **Escriturador e Agente de Liquidação da Emissão:** o agente de liquidação e o escriturador das Debêntures será a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., CNPJ/MF nº 22.610.500/0001-88 ("**Agente de Liquidação**" e "**Escriturador**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Agente de Liquidação e o Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures, desde que a substituição ocorra nos termos da Escritura de Emissão). (xii) **Prazo e Data de Vencimento:** observado o disposto na Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, resgate antecipado total decorrente de Oferta de Resgate Antecipado (conforme definido abaixo), Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definido abaixo) e/ou Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) das Debêntures, com o consequente cancelamento das Debêntures em questão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 15 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser prevista na Escritura de Emissão ("**Data de Vencimento**"); (xiii) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**"); (xiv) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 203.000 Debêntures; (xv) **Atualização Monetária das Debêntures:** as Debêntures terão o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, atualizado monetariamente a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a integral liquidação das Debêntures (exclusive), pela variação do IPCA, calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis ("**Atualização Monetária**"), sendo que o produto da Atualização Monetária será incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário, ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures ("**Valor Nominal Unitário Atualizado**"), segundo a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (xvi) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos operacionais adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Agente de Liquidação e Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xvii) **Remuneração das Debêntures:** sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios a serem definidos no Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), correspondente à, no máximo, a maior taxa entre as seguintes: (i) a taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ (ou outra denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B), com vencimento em 2035, a ser apurada conforme a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet ([www.anbima.com.br](http://www.anbima.com.br)) no fechamento do mercado do Dia Útil da realização do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (*spread*) de até 2,05% ao ano, base 252 Dias Úteis; ou (ii) 8,75% ao ano, base 252 Dias Úteis ("**Remuneração das Debêntures**"), incidentes desde a Data de Início da Rentabilidade, a Data de Incorporação ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser estabelecida na Escritura de Emissão. O período de capitalização da Remuneração ("**Período de Capitalização**") é: (i) para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Início da Rentabilidade (inclusive), e termina na data a ser prevista na Escritura de Emissão (exclusive) ("**Data de Incorporação**"), em que a Remuneração será integralmente capitalizada e incorporada ao Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, de modo que (a) o termo "Valor Nominal Unitário Atualizado" deverá considerar a referida Remuneração; e (b) na primeira Data de Pagamento da Remuneração, a Remuneração será calculada desde a Data de Incorporação (inclusive) até a referida primeira Data de Pagamento da Remuneração (exclusive); e (ii) para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures subsequente (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento; (xviii) **Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total, resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, Aquisição Facultativa e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures, com exceção da incorporação a ser prevista na Escritura de Emissão, será paga semestralmente, sempre nos meses de fevereiro e agosto, a partir do 24º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido na data a ser prevista na Escritura de Emissão e o último na Data de Vencimento das Debêntures, conforme indicado na tabela a ser prevista na Escritura de Emissão (cada uma das datas, "**Data de Pagamento da Remuneração**"); (xix) **Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado:** sem prejuízo das hipóteses do pagamento de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Resgate Antecipado Facultativo Total, resgate antecipado decorrente de Oferta de Resgate Antecipado e/ou Aquisição Facultativa, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado conforme tabela a ser prevista na Escritura de Emissão (cada uma das datas, "**Data de Amortização das Debêntures**"); (xx) **Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos da Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2%; e (ii) juros moratórios à razão de 1% ao mês calculados *pro rata temporis*, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("**Encargos Moratórios**"); (xxi) **Repacotamento:** não haverá repacotamento programado das Debêntures; (xxii) **Classificação de Risco:** será contratada como agência de classificação de risco da Oferta a Moody's *America Latina* ("Agência de Classificação de Risco"), que atribuirá rating às Debêntures, a ser divulgado até a Data de Integralização. A Agência de Classificação de Risco poderá, a qualquer momento, ser substituída pela Companhia pelas agências *Standard & Poor's Ratings* do Brasil Ltda. ou *Fitch Ratings*, sem necessidade de aprovação prévia dos Debenturistas, devendo a Companhia notificar o Agente Fiduciário em até 5 Dias Úteis contados da contratação da nova Agência de Classificação de Risco; (xxiii) **Destinação dos Recursos:** nos termos do art. 2º, §§ 1º, 1º-A e 1º-B, da Lei 12.431, do Decreto nº 11.964, de 26/03/2024 ("**Decreto 11.964**"), da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.034, de 21/07/2022 ("**Resolução CMN 5.034**"), da Portaria do Ministério de Estado de Portos e Aeroporto nº 419, de 29/08/2024 ("**Portaria**"), os recursos captados pela Companhia por meio da Emissão serão utilizados exclusivamente para o reembolso de despesas ou dívidas já incorridas, relacionadas à implantação do Projeto (conforme definido na Escritura de Emissão), que tenham ocorrido em prazo igual ou inferior a 24 meses contados da data de encerramento da Oferta, bem como para investimentos futuros, pela Companhia, destinados ao Projeto, nos termos da Lei 12.431, conforme descrito na tabela a ser prevista na Escritura de Emissão; (xxiv) **Distribuição e Colocação:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, a ser registrada sob o rito automático de distribuição, exclusivamente para Investidores Profissionais, nos termos da Lei de Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, Registrada sob o Rito Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da 2ª Emissão da PAX Investimentos em Aeroportos S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão (conforme definido abaixo), a qual somente será exercida caso a demanda pela totalidade das Debêntures não seja suficiente para atingir o volume total da Oferta, devendo ser observado o Valor Total da Emissão (conforme definido abaixo) e a Remuneração das Debêntures (conforme definido abaixo) ("**Garantia Firme**"); (xxv) **Público-Alvo:** o público-alvo da Oferta será composto exclusivamente por investidores profissionais, assim definidos aqueles investidores referidos nos artigos 11 e 13 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/2021, conforme em vigor ("**Investidores Profissionais**"); (xxvi) **Plano de Distribuição:** o plano de distribuição pública será organizado pelo Coordenador Líder e seguirá os procedimentos descritos no art. 49 da Resolução CVM 160 e do Contrato de Distribuição, não havendo qualquer limitação em relação à quantidade de Investidores Profissionais acessados pelo Coordenador Líder, sendo possível, ainda, a subscrição ou aquisição de Debêntures por qualquer número de Investidores Profissionais ("**Plano de Distribuição**"); (xxvii) **Distribuição Parcial:** não será admitida a distribuição parcial das Debêntures; (xxviii) **Lote Adicional:** a Emissão e a Oferta não poderão ter seu valor e quantidade de Debêntures aumentados em nenhuma hipótese, não existindo, portanto, lote adicional de

Debêntures, nos termos do art. 50, § único, da Resolução CVM 160; (xxix) **Procedimento de Bookbuilding:** será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem recebimento de reservas dos Investidores Profissionais, sem lotes mínimos ou máximos, organizado pelo Coordenador Líder para definição da taxa final da Remuneração das Debêntures ("**Procedimento de Bookbuilding**"); (xxx) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, a partir da data de início de distribuição, conforme informada no anúncio de início de distribuição, a ser divulgado nos termos do art. 13 da Resolução CVM 160, durante o período de distribuição das Debêntures, de acordo com os procedimentos da B3, observado o Plano de Distribuição. O preço de integralização das Debêntures (i) na primeira data de integralização das Debêntures ("**Primeira Data de Integralização**") será o Valor Nominal Unitário das Debêntures; e (ii) nas datas de integralização posteriores à Primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculadas *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data da efetiva integralização ("**Preço de Integralização**"); (xxxi) **Garantia Real:** para assegurar o fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, na Data de Emissão, devido nos termos a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, acrescido da Atualização Monetária, da Remuneração e dos Encargos Moratórios, bem como das demais obrigações pecuniárias a serem previstas na Escritura de Emissão, inclusive honorários do Agente Fiduciário e despesas judiciais e extrajudiciais comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas na constituição, formalização e/ou execução das garantias previstas na Escritura de Emissão ("**Obrigações Garantidas**"), serão constituídas as seguintes garantias reais ("**Garantias Reais**"): (a) **Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios:** nos termos do art. 66-B, da Lei nº 4.728, de 14/06/1965, conforme alterada ("**Lei 4.728/65**"), dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514, de 20/11/1997, conforme alterada ("**Lei 9.514**"), e, no que for aplicável, dos artigos 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10/01/2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e seus respectivos sucessores e eventuaiscessionários, dos seguintes direitos creditórios ("**Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios**"); (a) totalidade dos créditos de titularidade da Companhia contra o Banco Depositário (conforme definido na Escritura de Emissão), detidos ou a serem detidos como resultado dos valores depositados, a qualquer tempo, na Conta Reserva do Serviço da Dívida (conforme definido no Contrato de Alienação e Cessão); e (b) 100% dos recursos, presentes e futuros, a qualquer tempo depositados e mantidos na Conta Reserva do Serviço da Dívida, a qualquer tempo, independentemente da situação em que se encontrem, incluindo recursos eventualmente em trânsito na Conta Reserva do Serviço da Dívida, ou mesmo enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária, compreendendo os direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Alienação e Cessão), realizadas com os recursos mantidos na Conta Reserva do Serviço da Dívida, envolvendo aplicações financeiras, rendimentos, direitos, proventos, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Companhia, conforme aplicável, ainda que em trânsito ou em processo de compensação bancária, conforme os termos e condições previstos no "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário ("**Contrato de Alienação e Cessão**"); e (b) **Alienação Fiduciária de Ações:** nos termos do art. 66-B da Lei nº 4.728/65, dos artigos 1.361 e seguintes do Código Civil e das disposições dos artigos 40, 100, 104 e 113 da Lei das Sociedades por Ações, a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e seus respectivos sucessores e eventuaiscessionários dos seguintes bens e direitos, conforme o caso ("**Alienação Fiduciária de Ações**" e "**Cessão Fiduciária de Dividendos**"), respectivamente; (a) das 354.401.201 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da PRS Aeroportos S.A., sociedade por ações, em fase operacional, sem registro de companhia aberta na CVM, com sede em São Paulo/SP, na Av. Santos Dumont, s/n, Bairro Santana, CEP 02.012-010, CNPJ/MF nº 48.534.024/0001-57, com seus atos constituintes registrados perante a JUCESP sob o NIRE 35300603729 ("PRS"), que representam a totalidade das ações de emissão da PRS detidas pela Companhia que, na data de assinatura do Contrato de Alienação e Cessão, representam 100% do capital social da PRS, livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames, bem como a totalidade de novas ações que venham a ser emitidas durante o período em que o Contrato de Alienação e Cessão esteja em vigor ("**Ações**"); (b) todas as respectivas ações ordinárias e/ou preferenciais, com ou sem direito de voto, que porventura sejam atribuídas à Companhia ou seus eventuais sucessores legais ou qualquer novo acionista seja na forma dos artigos 166, 167, 169 e 170 da Lei das Sociedades por Ações, seja por força de aquisição, de subscrição, desmembramentos, grupamentos ou exercício de direito de preferência das Ações, distribuição de bonificações, conversão de debêntures de emissão da PRS ou de qualquer forma de transferência, todos os valores mobiliários e demais direitos que porventura, a partir da data de assinatura do Contrato de Alienação e Cessão, venham a substituir as Ações, incluindo em razão de cancelamento das mesmas, incorporação, fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a PRS; (c) mediante a implementação da Condição Suspensiva (conforme a ser definido no Contrato de Alienação e Cessão), todos os Direitos Econômicos das Ações (conforme definido no Contrato de Alienação e Cessão); (d) a titularidade de todos e quaisquer valores, investimentos e direitos, atuais ou futuros, bem como a totalidade dos créditos de titularidade da Companhia, conforme aplicável, contra o Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Alienação e Cessão), detidos ou a serem detidos como resultado dos valores depositados, a qualquer tempo, na Conta Cedida (conforme definido no Contrato de Alienação e Cessão); e (e) a totalidade dos créditos de titularidade da Companhia, conforme aplicável, contra o Banco Depositário decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Alienação e Cessão), bem como seus respectivos rendimentos; conforme previsto no Contrato de Alienação e Cessão; (xxxii) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo Total**"), nos termos da Resolução CMN 4.751 ou de outra forma, desde que venha a ser legalmente permitido e devidamente regulamentado pelo CMN, nos termos da Lei 12.431, e desde que se observem: (a) o prazo médio ponderado mínimo de 4 anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total (ou em prazo inferior caso estabelecido pela legislação aplicável); e (b) o disposto no art. 1º, §1º, inciso II, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 e demais legislações ou regulamentações aplicáveis, observadas as condições abaixo dispostas. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Companhia será equivalente ao maior dos critérios mencionados nos itens (i) e (ii) a seguir: (i) **Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido (i.a) da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, a Data de Incorporação ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso (inclusive), até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures (exclusive); (i.b) dos eventuais Encargos Moratórios, vencidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total, se houver; e (i.c) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; ou (ii) a soma do valor presente das parcelas de pagamento de amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado e da Remuneração das Debêntures, vencidos a partir da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures (inclusive) até a Data de Vencimento das Debêntures (exclusive), utilizando como taxa de desconto a taxa interna de retorno do título público Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B), com *duration* mais próxima a *duration* remanescente das Debêntures na data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, utilizando-se a cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.anbima.com.br>) apurada no segundo Dia Útil imediatamente anterior à data do Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures calculado conforme fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (ii.a) dos Encargos Moratórios, se houver; e (ii.b) de quaisquer obrigações pecuniárias e outros acréscimos referentes às Debêntures; (xxxiii) **Amortização Extraordinária Facultativa:** a Companhia não poderá, voluntariamente, realizar a amortização extraordinária das Debêntures; (xxxiv) **Oferta de Resgate Antecipado:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, desde que respeitado o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo resgate antecipado, nos termos do art. 1º, inciso I, da Resolução CMN 4.751 e calculado nos termos da Resolução CMN 5.034, ou outro prazo mínimo que venha a ser previsto nas legislações e regulamentações aplicáveis, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas, observado que o resgate antecipado somente poderá ser realizado pela Companhia caso seja verificada a adesão de Debenturistas representando a totalidade das Debêntures, nos termos da Resolução CMN 4.751, ou outro percentual mínimo que venha a ser previsto nas legislações e regulamentações aplicáveis, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão ("**Oferta de Resgate Antecipado**"); (xxxv) **Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, após decorridos 2 anos contados da Data de Emissão, ou seja, a partir da data a ser prevista na Escritura de Emissão (inclusive), ou prazo inferior que venha a ser autorizado pela legislação e regulamentação aplicáveis e observado o disposto no inciso II, § 1º do art. 1º da Lei 12.431, adquirir as Debêntures, condicionado ao aceite do respectivo Debenturista, observado o disposto no art. 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e na regulamentação aplicável da CVM, incluindo os termos da Resolução da CVM nº 77, de 29/03/2022, conforme alterada ("**Resolução CVM 77**"), e desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia ("**Aquisição Facultativa**"). As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, nos termos da Escritura de Emissão, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures; (xvi) **Vencimento Antecipado:** observados os demais termos e condições a serem estabelecidos na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá considerar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, Data de Incorporação ou da data do pagamento da Remuneração das Debêntures (inclusive), imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) das Debêntures, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (cada evento, um "**Eventos de Inadimplimento**"); e (xxxvii) **Demais Características da Emissão:** as demais características da Emissão e das Debêntures serão aquelas a serem especificadas na Escritura de Emissão. 5.2. Aprovar a outorga e constituição, pela Companhia, da Alienação Fiduciária de Ações, da Cessão Fiduciária de Dividendos e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, a ser formalizada por meio do Contrato de Alienação e Cessão. 5.3. Aprovar a celebração, pela Companhia, de todos e quaisquer instrumentos necessários à constituição da Alienação Fiduciária de Ações, da Cessão Fiduciária de Dividendos e da Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, incluindo, mas sem limitação, o Contrato de Alienação e Cessão e a procuração a ser outorgada em favor do Agente Fiduciário no âmbito do Contrato de Alienação e Cessão pelo prazo de vigência das Obrigações Garantidas, bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários, incluindo, sem limitação, para prever o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*. 5.4. Autorizar a diretoria da Companhia e/ou os representantes legais da Companhia a discutir, negociar e definir os termos e condições da Escritura de Emissão, bem como a praticar todo e qualquer ato e a assinar todo e qualquer documento necessário à formalização da Emissão ora aprovada, incluindo, mas sem limitação, (i) a contratação do Coordenador Líder, mediante a celebração do Contrato de Distribuição e de eventuais aditamentos que se façam necessários; (ii) a contratação dos prestadores de serviços da Emissão, incluindo, mas sem limitação, o Agente de Liquidação, o Escriturador, os assessores legais, o Agente Fiduciário, entre outros, podendo, para tanto, negociar os termos e condições, assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos que se façam necessários e fixar-lhes os respectivos honorários; (iii) a celebração da Escritura de Emissão, bem como de eventuais aditamentos que se façam necessários, incluindo, sem limitação, para prever o resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, sem a necessidade de nova aprovação de qualquer órgão deliberativo da Companhia; (iv) a celebração de todos os demais documentos, procurações e eventuais aditamentos, além da prática de todos os atos necessários à efetivação da Emissão e da Oferta; e (v) as providências relativas (a) ao registro da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado de São Paulo; (b) ao registro do Contrato de Alienação e Cessão no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos; e (c) ao depósito das Debêntures perante a B3 e demais órgãos competentes. 5.5. Aprovar o cumprimento de todos os atos necessários para que as formalidades legais e atos convocação e/ou publicações sejam realizadas no jornal de grande circulação adotado pela Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; 5.6. Ratificar todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia e/ou pelos representantes legais da Companhia no âmbito da Emissão e da Oferta, incluindo aqueles praticados para implementação dos itens 5.1 a 5.5 acima mencionados. 6. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente Assembleia Geral Extraordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos. Mesa: (i) **Presidente:** Sr. Túlio Azevedo Machado; e (ii) **Secretário** Sr. Eduardo Guimarães Lameira Bittencourt Borges. **Acionistas Presentes:** XP Infra IV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, representado por sua gestora XP Vista Asset Management Ltda. (p. Túlio Azevedo Machado e Maria Alice Pierry Amorosino). **Conferir** com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 28/01/2025. Mesa: Túlio Azevedo Machado - Presidente, Eduardo Guimarães Lameira Bittencourt Borges - Secretário. **Acionista:** XP Infra IV Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, XP Vista Asset Management Ltda., Túlio Azevedo Machado e Maria Alice Pierry Amorosino.**

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias.

**AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>